



As galerias gritaram em coro "golpe não, votação já" ao exigirem a presença dos constituintes para votar em plenário

Direito social tem aplicação imediata

O Centrão sofreu ontem nova derrota ao tentar, sem êxito, obstruir e suspender a votação na sessão da tarde. O deputado José Lourenço chegou a liderar uma evasão do plenário mas pouco mais de 20 parlamentares atenderam ao seu pedido. A resposta da ala progressista veio com a manutenção, no projeto, de dispositivo que garante aplicação imediata de todas as normas definidoras inseridas no Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, como o mandato de injeção, habeas-data e o mandado de segurança coletivo, e todos os direitos sociais.



A exigência da ordem escrita de autoridade judiciária para prisão em flagrante, adiada na última votação por falta de acordo dos líde-

res, foi mantida pelo plenário da Assembléia Constituinte. Fechado entendimento, foi acrescentada no texto a ressalva para os casos de transgressões militares e crimes propriamente militares a serem definidos por lei complementar. Nem mesmo esta exceção conseguiu amenizar a derrota do Palácio do Planalto, que através de sucessivos apelos do presidente Sarney, exigiu a supressão da expressão "judiciária". O texto foi aprovado com 317 votos, 128 contrários e quatro abstenções.

Protestos

Quando foi colocado em votação destaque supressivo ao parágrafo 1º do 5º artigo, de autoria do líder do Governo, senador Saldanha Derzi, o líder do PFL, deputado José Lourenço, do microfone de apartes, avisou ao deputado Ulysses Guimarães a inexistência de acordo para votação dos temas polêmicos do capítulo dos Direitos So-

ciais, e exigiu a retirada do plenário da bancada governista. Sob os protestos das galerias, que ao coro de "golpe não, votação já", Ulysses prosseguiu com a votação, sendo o destaque rejeitado por 326 votos contra apenas 26 favoráveis.

O plenário ainda rejeitou, por 264 votos contra 182 a favor destaque dos constituintes Pompeu de Sousa e Myrian Portella que buscava suprimir a expressão "para os reconhecidamente pobres na forma da lei" no item 78 do 5º artigo. Pela decisão da Assembléia, será gratuito a todas as classes sociais, a declaração de atestado de nascimento, civil ou de óbito. Mas o Capítulo dos Direitos e Garantias não ficou definitivamente concluído, pois foi adiado para hoje a votação do parágrafo 2º do 5º artigo. Este dispositivo que não alcançou acordo entre os líderes, prevê ressalvas destes direitos em decorrência do regime adotado pela República em tratados internacionais.

Presidente defende Constituinte

O deputado Ulysses Guimarães fez, ontem, nova "apaixonada" defesa da Constituinte durante Congresso da Associação Brasileira de Distribuidores de Veículos Automotores (Asbrave), em que afirmou que "a concentração de receitas e poder nas mãos do presidente da República é um desrespeito à geografia do Brasil". Criticou, ironicamente, os constituintes que não têm comparecido para a votação do segundo turno ao perguntar ao presidente da Asbrave, José Carlos Gomes Carvalho (suplente de senador pelo PMDB do Paraná) qual era "o milagre, o segredo para conseguir quorum", já que grande parte dos 4.200 associados da instituição estavam representados.

Ulysses Guimarães afirmou que o regime democrático tem defeitos e lacunas, mas é o melhor já criado pelo homem, e referindo-se ao pe-

ríodo de transição, afirmou que é mais fácil matar o monstro do que remover-lhe os escombros. Ao defender a "Constituição cidadã", o presidente da Constituinte afirmou que esta está voltada para o homem, a mulher e a criança brasileiros e que o Estado tem de estar a serviço do cidadão, que não pode ficar dependendo do "desperdício do Estado. Os cidadãos são credores dos serviços do Estado e não o contrário", afirmou Ulysses Guimarães.

Amplios direitos

Ao indicar pontos positivos da nova Constituição, Ulysses ressaltou a adoção de amplos direitos de associativismo (o que permite à associação de classe impetrar mandados de segurança em defesa de associados), do cooperativismo, que agora poderá inclusive controlar bancos; de seguridade social inte-

grada e a descentralização do poder, pela descentralização das receitas públicas. Para exemplificar, relatou visitas de prefeitos que viajaram dois mil quilômetros para pedir-lhe, quando ocupava interinamente a Presidência da República, ambulâncias, pontes e estradas vicinais.

A nova Constituição, afirmou, devolve aos cidadãos o controle dos gastos da receita do Estado e passa a respeitar a geografia e as diferenças regionais existentes num País de dimensões continentais. Ao encerrar seu discurso, Ulysses Guimarães desfechou a crítica aos constituintes ausentes desejando aos sócios da Asbrave uma feliz estada em Brasília, "esta cidade maravilhosa, magnífica criação de Juscelino Kubitschek que, não sei porque ninguém quer ficar aqui".